LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 4.769, DE 9 DE SETEMBRO DE 1965

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 10. A renda do C.F.T.A. é constituída de:

- a) vinte por cento (20%) da renda bruta dos C.R.T.A., com exceção dos legados, doações ou subvenções;
 - b) doações e legados;
- c) subvenções dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, ou de Empresas e instituições privadas;
 - d) rendimentos patrimoniais;
 - e) rendas eventuais.
- Art. 11. Os Conselhos Regionais de Administração com até doze mil administradores inscritos, em gozo de seus direitos profissionais, serão constituídos de nove membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos da mesma forma estabelecida para o Conselho Federal. ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 8.873, de 26/4/1994)
- § 1º Os Conselhos Regionais de Administração com número de administradores inscritos superior ao constante do *caput* deste artigo poderão, através de deliberação da maioria absoluta do Plenário e em sessão específica, criar mais uma vaga de Conselheiro efetivo e respectivo suplente para cada contingente de três mil administradores excedente de doze mil, até o limite de vinte e quatro mil. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº* 8.873, *de* 26/4/1994)

Art. 12. A renda dos C.R.T.A. serão constituída de:

- a) oitenta por cento (80%) da anuidade estabelecida pelo C.F.T.A. e revalidada trienalmente;
 - b) rendimentos patrimoniais;
 - c) doações e legados;
- d) subvenções e auxílios dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, ou, ainda, de empresas e instituições particulares;
 - e) provimento das multas aplicadas;
 - f) rendas eventuais.
- Art. 13. Os mandatos dos membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Administração serão de quatro anos, permitida uma reeleição. ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 8.873, de 26/4/1994)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

Parágrafo único. A renovação dos mandatos dos membros dos Conselhos referidos no
caput deste artigo será de um terço e de dois terços, alternadamente, a cada biênio. (Parágrafo
único acrescido pela Lei nº 8.873, de 26/4/1994)